

J500689  
ex. 1

SEMINÁRIO SOBRE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

MUNICÍPIO DE LINHARES

0689  
E1

711.0209815 2054  
S471  
9252/91 E1  
0689

711.0209815 2054  
S 471

9252/91  
ex. 01  
0689

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
FUNDADAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDES  
SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL  
- SUPPIN  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

SEMINÁRIO SOBRE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO  
MUNICÍPIO DE LINHARES

VITÓRIA/OUTUBRO/1991

**INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:**

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDES  
Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial-SUPPIN  
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN  
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES  
Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Esp.Santo -GERES  
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do E.S. -SEBRAE-ES  
Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente - SEAMA  
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG  
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

## SEMINÁRIO MUNICIPAL SOBRE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

### CADERNO 1 - INVENTÁRIO DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO MUNICÍPIO

#### I - Introdução

Este caderno tem por finalidade oferecer elementos que facilitem a sociedade municipal no estabelecimento das linhas mestras do desenvolvimento pretendido para os próximos anos, como primeiro passo para uma efetiva conjugação de esforços visando a melhoria das condições de vida para a população aí residente, o aproveitamento das potencialidades existentes e o fortalecimento e diversificação da economia capixaba como resultado final.

Para tanto acreditamos que é importante situar a sociedade local em relação ao conjunto de oportunidades que se abrem em virtude da estratégia adotada pelo governo estadual mesmo em um quadro conjuntural adverso. Desse modo, sugerimos, de início, um leque bastante amplo de oportunidades segundo ó grupos de projetos que merecerão atuação diferenciada por parte do governo estadual.

Gostaríamos que vocês refletissem sobre cada uma dessas possibilidades em seu município selecionando aquelas que, a seu ver, poderiam ser aí incentivadas. Mesmo que neste momento ainda não se aprofunde as análises relativas à viabilidade desses projetos, é claro que será mais produtivo para o desenvolvimento do seminário uma postura bem pragmática em relação às várias possibilidades, evitando-se tudo aquilo que o senso comum contra-indique à priori.

Para facilitar essa seleção estamos anexando a este manual um conjunto de informações tanto em relação a seu município e região, quanto relativas à programas e estratégias governamentais de modo a subsidiar as discussões prévias. No caso desses se revelarem ainda insuficientes, os representantes municipais deverão se dirigir à SUPPIN que se encarregará de mobilizar as instituições adequadas visando a sua obtenção, ainda antes do seminário.

Uma vez selecionadas as oportunidades que serão objeto de discussão no sentido de aprofundamento crítico em relação à sua viabilidade, bem como no sentido de mobilização de esforços e compromissos para a sua efetivação, ainda enquanto preparação para seminário municipal, serão sugeridas uma série de questões que deverão ser levantadas

previamente, considerando-se cada uma das oportunidades de per si, de modo a objetivar os trabalhos.

Mesmo que não seja possível responder satisfatoriamente a todas questões formuladas é importante avançar o máximo possível neste sentido. Esses avanços serão recuperados em manual próprio que será fornecido no dia do seminário quando serão estabelecidos os planos de ação e os compromissos entre o setor público, empresariado e a sociedade municipal, bem como o calendário a ser observado de parte a parte.

## II - INVENTÁRIO SOBRE AS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO MUNICÍPIO

O esforço desenvolvimentista do Governo do Estado do Espírito Santo considera a possibilidade de viabilizar um amplo conjunto de empreendimentos, de características diferenciadas quanto à natureza, dimensão e finalidade. Cada um desses conjuntos deverá merecer um tratamento diferenciado por parte do governo, considerando a estratégia a ser traçada. Mesmo assim seria importante que vocês procurassem analisar cada um desses 6 grupos de projetos apresentados a seguir, anotando **não** ou **sim** conforme um certo consenso a ser estabelecido no âmbito municipal para cada um deles e no caso afirmativo, quer dizer sempre que se julgar que dado empreendimento pode ser instalado em seu município, procure especificar/explicar as razões.

### 1 - GRANDES PROJETOS MOTRIZES

NÃO SIM POR QUE

a) expansão dos complexos industriais existentes  
.novas plantas  
.novas linhas de produção de produtos elaborados

b) implantação de novos complexos industriais:  
.celulose  
.salgema  
.gás natural  
.indústria automobilística  
.outros (especifique)

c) implantação de projetos de infraestrutura  
.ferrovia litorânea norte  
.ferrovia litorânea sul  
.gasodutos de campos  
.extensão do gasoduto São Mateus/Vitória para outros lugares

**2 - PROJETOS INTEGRADOS AOS GRANDES  
COMPLEXOS INDUSTRIAIS EXISTENTES**

**NÃO SIM POR QUE**

a) aproveitamento de produtos, sub-produtos  
e rejeitos industriais

- .cimento
- .papel e papelão
- .outros (especifique)

b) aproveitamento do mercado de bens e  
serviços dos grandes projetos

- .metalmecânica
- .refratários
- .construção civil
- .química
- .outros (especifique)

c) desverticalização dos grandes projetos

- .oficinas de manutenção
- .transporte
- .alimentação
- .serviços técnicos
- .outros (especifique)

d) processamento de matérias primas em  
trânsito pelo Corredor de Exportação

- .óleo
- .farelo de soja
- .fertilizantes
- .ração

**3 - PROJETOS PARA A DESCENTRALIZAÇÃO DA  
ECONOMIA ESTADUAL**

a) agricultura e agroindústria

- .polo citrícola (plantio e suco)
- .sericicultura
- .carcinicultura
- .conservação e processamento de frutas  
para a exportação (mamão, manga, ...)
- .processamento de especiarias para exportação  
(pimenta do reino, macadâmia, urucum)
- .processamento de palmito, tomate, etc.
- .outros (especifique)

b) turismo:

- .hotéis, pousadas, camping
- .S.P.A's
- .centros de convenções
- .restaurantes
- .marinas

c) extração e beneficiamento de recursos naturais: NÃO SIM POR QUÊ

- .mármore
- .granito
- .outros (especifique)

#### 4 - PROJETOS QUE MODERNIZEM E COMPLEMENTEM OS SETORES TRADICIONAIS

- .frigoríficos
- .laticínios
- .torrefação/beneficiamento de café
- .mármore e granito
- .metalmeccânica
- .confeções
- .mobiliário
- .massas alimentícias
- .chocolates e balas
- .outros (especifique)

#### 5 - PROJETOS GERADORES DE TECNOLOGIA

- .informática
- .microeletrônica
- .automação
- .mecânica de precisão
- .biotecnologia
- .química fina

#### 6 - PROJETOS QUE COMPLEMENTE A REDE DE COMERCIO E SERVIÇOS LOCAL

- .shopping centers
- .lojas de produtos naturais
- .comércio especializado (especifique)
- .supermercados
- .diversões
- .videolocadoras
- .moteis
- .artezanato
- .outros (especifique)

#### 7 - OUTROS PROJETOS QUE NÃO POSSA SER INCLUIDOS NOS GRUPOS CITADOS



### III - QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS PARA CADA UMA DAS OPORTUNIDADES SELECIONADAS

1 - Identificação e seleção de potenciais investidores - procura caracterizar os agentes que seriam envolvidos no projeto, a origem da capital (local, estadual, nacional/internacional), a forma de associação (cooperativas, joint ventures, etc.), a capacidade de investimento, etc.

2 - Identificação de mercado potencial - situando a sua dimensão, amplitude espacial (local, nacional, externo), a concorrência esperada, os principais compradores, etc.

3 - Formas de apoio técnico operacional pretendidos - para levantamento de informações, para elaboração de estudos básicos, para elaboração de perfis técnico-econômicos de empreendimentos, para elaboração de estudos de mercado, para o exercício de atividades de promoção, etc.

4 - Mecanismos de apoio institucional esperados - fiscais (subsídios, bonificações, etc.), creditícios, participação societária, venda e locação de áreas para localização industrial, etc.

5 - Recursos a serem mobilizados - no âmbito do governo estadual (orçamentários, financiamentos do BANDES, recursos de FUNDOS, recursos de ciências e tecnologia), no âmbito federal (recursos GERES/FUNDES, recursos de órgãos e empresas estatais, recursos do BANDES e FINEP); no âmbito da iniciativa privada (recursos de grandes e médias empresas instaladas no Estado, recursos de investidores locais, nacionais e estrangeiros, recursos do SEBRAE-ES).

OBS.: Essas questões colocadas servem apenas como roteiro, de modo que não excluem outras questões pertinentes que por ventura mereçam ser levadas ao seminário.

## INVENTÁRIO DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

GRUPO:  
DISCRIMINAÇÃO:  
JUSTIFICATIVA:

1 - Identificação e solução de potenciais investidores:

2 - Identificação do mercado potencial:

3 - Formas de apoio técnico-operacional pretendido:

4 - Mecanismos de apoio institucional esperados:

5 - Recursos a serem mobilizados:

6 - Outras questões:

OBS.: Para cada oportunidade deverá ser preenchida uma ficha

A N E X O S

**LINHARES**  
**CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA**

---

Antes que se discuta aspectos específicos do município de Linhares é importante situar de alguma forma a sua inserção no contexto regional e estadual, principalmente em relação à rede urbana, quer dizer, ao sistema de cidades considerando-se funções diferenciadas, especializações, forma de integração interespacial, etc. de modo a estabelecer contornos mais amplos à discussão das oportunidades econômicas para o município. Evita-se, desse modo, isolar a unidade político-geográfica já que se sabe que essa não oferece por si mesma todos os elementos de sua própria interpretação.

A configuração econômica atual da região litorânea norte, onde se situa Linhares, não guarda mais nenhuma relação importante com todo o processo anterior de ocupação, vigente até meados dos anos sessenta, caracterizada por bolsões esparsos de café, mandioca, cacau e uma ou outra cultura tradicional, uma rede urbana pouco especializada e solidificada, um processo intenso de desmatamento/abertura de fronteiras agrícolas, um mercado de terras pouco estruturado e uma base industrial pouco diversificada.

A crise do café nos anos sessenta força à uma redefinição da macroestratégia de desenvolvimento estadual cujos desdobramentos são fortemente sentidos na região litorânea norte, já que mais que a constituição de grandes projetos industriais, se incentiva aí uma subordinação de todo o processo econômico à lógica do capital industrial e, nesse caso, tende a reproduzir as condições criadas pela ação modernizadora, direta ou indireta, desses complexos, no que diz respeito, principalmente, à estrutura fundiária, às relações de trabalho, à gestão empresarial e ao esquema de incentivos/via bilização econômica.

Desse modo há toda uma conversão do médio e grande proprietário de terras em empresário rural, com uma diversificação tecnificada dos cultivos, apoiado por todo um esquema de incentivos fiscais, aumentando a concentração de terras, ampliando as relações de trabalho baseadas em assalariamen

to, inclusive temporário, tudo vinculado à essa lógica e as necessidades desses "centros de poder".

A estrutura demográfica, a rede urbana (inclusive com a constituição de locus de bóias-frias), a viabilização de infraestruturas, o processo de geração e manutenção do poder local e regional, o uso de recursos naturais, etc. vão viabilizar a integração à essa lógica nova. Ora, considerando-se que o projeto modernizador se alicerçou em uma lógica gestada no plano federal e estadual e não como evolução natural das forças produtivas regionais, a cessação desta macroestratégia cria uma situação de orfandade para a economia da região litorânea norte, já que impotente para avançar em um processo que não foi aí autonomamente gestado.

Antes que se coloque estes impasses é importante perceber, e no caso efetuando um corte na região específica de Linhares, que este processo anterior de desenvolvimento vai apresentar, para esta cidade, uma característica bem marcante, que é a de ser um aglomerado urbano com tamanho e especializações urbanas de uma cidade regional, sem contudo polarizar e articular um sistema de cidades à sua volta, ou seja, não exercendo de fato essas funções. As cidades próximas com função local, são em sua maioria, polarizadas quer por São Mateus, quer por Colatina ou mesmo por Vitória.

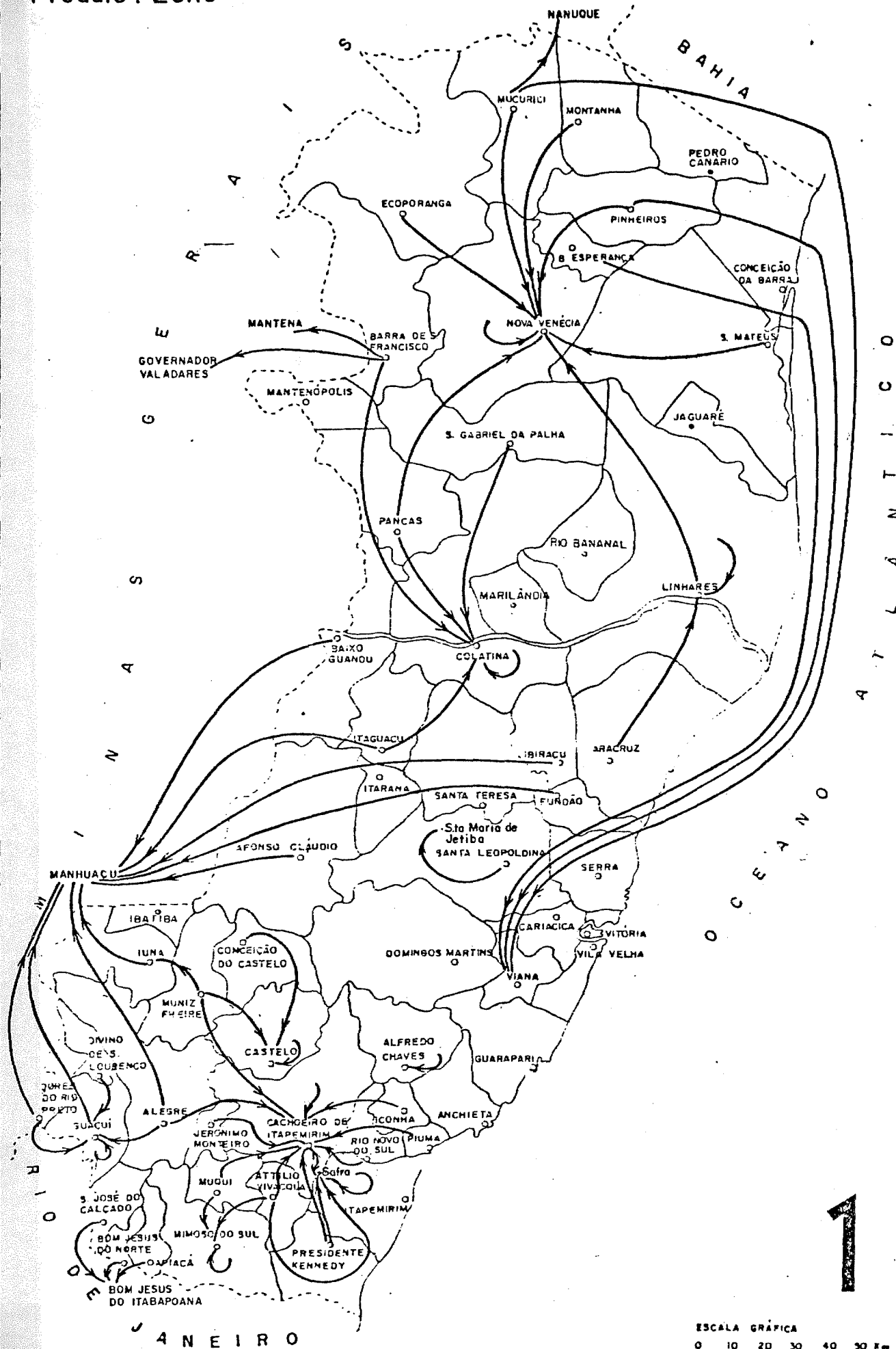
Isso porque, com a entrada do grande capital agroindustrial e agrário ao longo da BR 101 norte, Linhares passa a oferecer comércio e serviços mais sofisticados, cujo mercado não é exatamente o seu entorno, mas sim, o grande capital localizado no norte do Estado. Ou seja, há uma transferência de certos bens e serviços só possíveis em áreas centrais (no nosso caso a Grande Vitória) para Linhares, em virtude do mercado existente ao norte.

Nesse sentido Linhares ganha autonomia de reprodução em relação à seu espaço contíguo, embora esse, por ter se modernizado e constituir-se de atividades dinâmicas e rentáveis (em que pese alguma crise conjuntural para algumas delas), venha reforçar a dinâmica da cidade. Assim sendo, é a criação de um mercado especializado de bens e serviços pelo grande capital situado fora até de sua área de influência direta que vai garantir a dinâmica de reprodução da cidade de Linhares. Mesmo o papel de intermedia

ção de produtos agrícolas não se apresenta como fundamental, conforme po  
de-se observar nos mapas a seguir:

# FLUXO DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO - ES

Produto : Leite



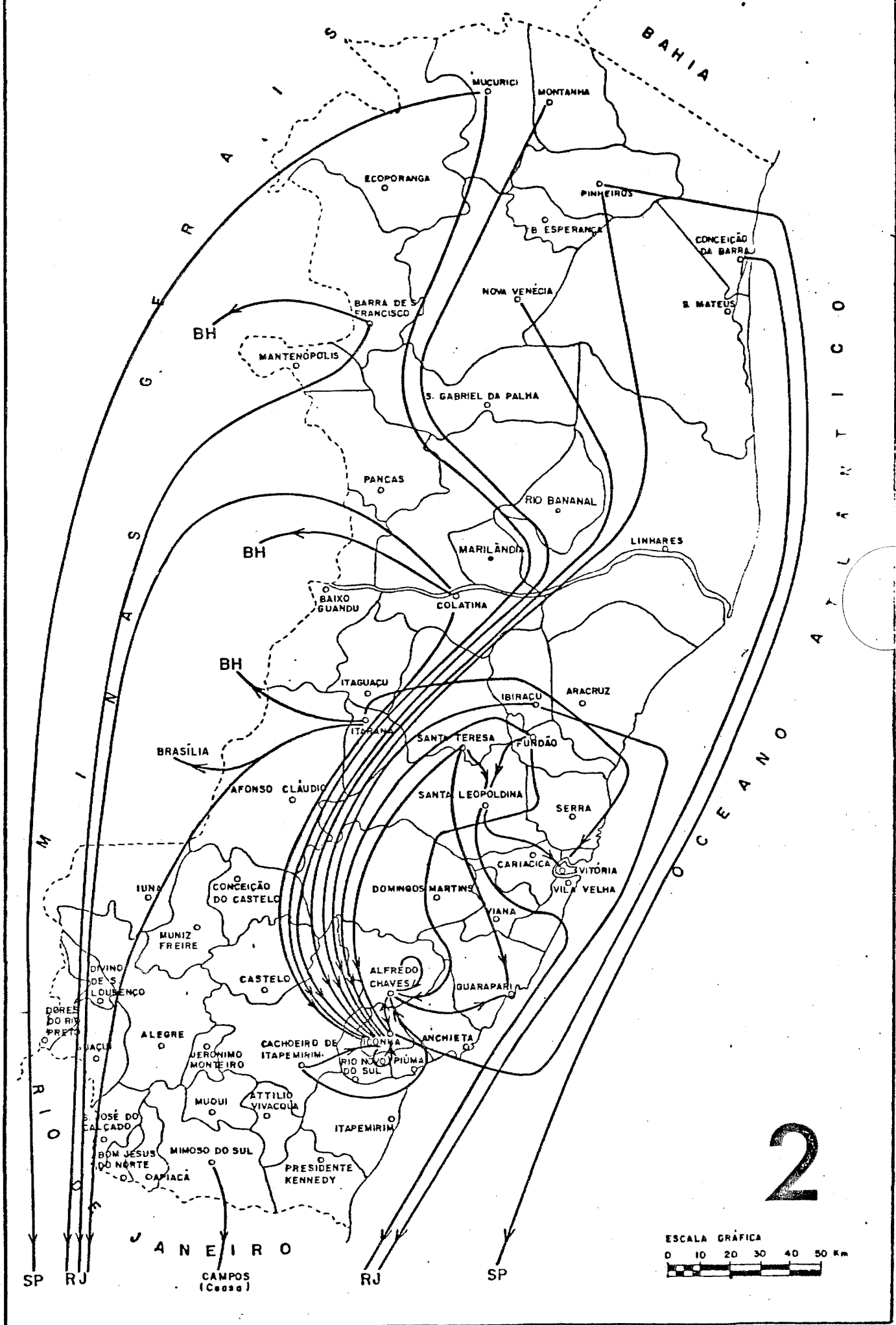
ESCALA GRÁFICA  
0 10 20 30 40 50 Km

1

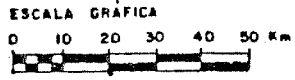


# FLUXO DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO - ES

Produto: Banana

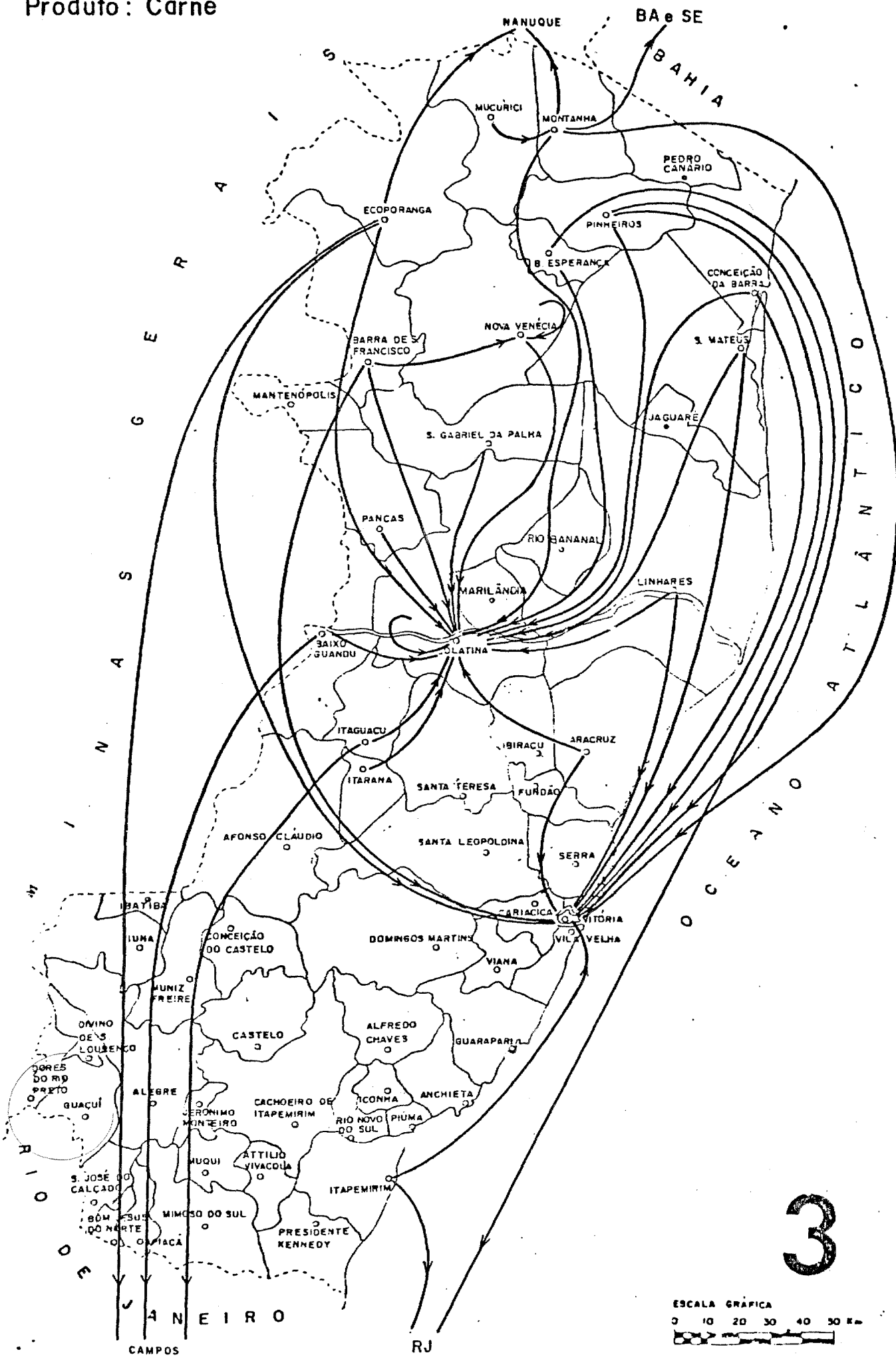


2



# FLUXO DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO - ES

Produto: Carne

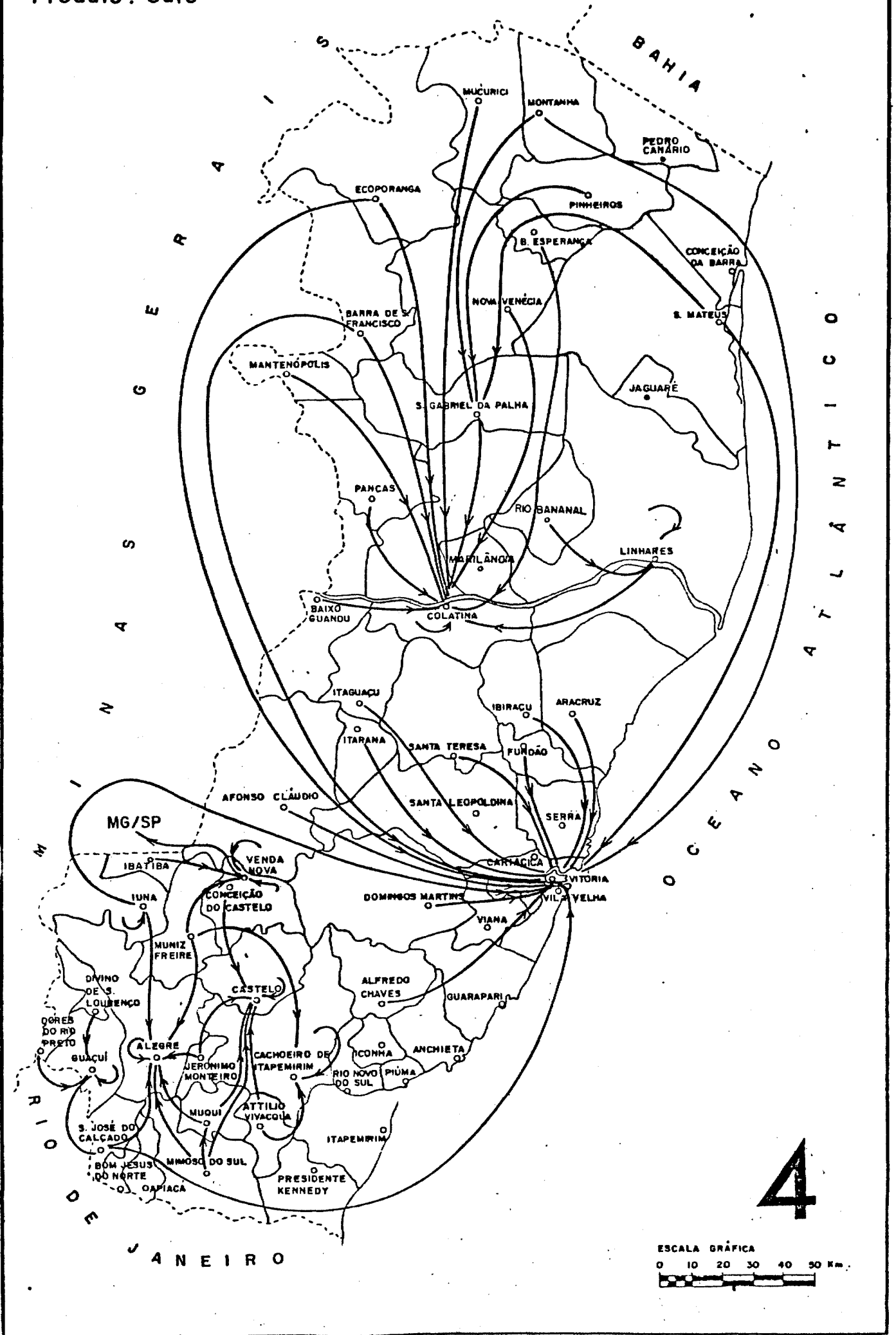


3



# FLUXO DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO - ES

Produto: Café



## 2. DISTRIBUIÇÃO E EVOLUÇÃO POPULACIONAL EM LINHARES

QUADRO 1: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO LOCALIDADES (CIDADES, VILAS E POVOADOS) NO MUNICÍPIO DE LINHARES.

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1990*	2000*	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO	
					80/90	90/2000
Linhares	Sede	53.507	74.570	116.917	3,37%	4,6%
Desengano	Vila	169	169	169	-	-
Regência	Vila	487	586	697	1,86	1,75
São Rafael	Vila	500	538	638	0,73	1,71
Bebedouro	Vila	2.732	2.486	2.688	-0,82	
Córrego D'Água	Vila	4.607	7.596	10.857	7,84	3,63
S.J. Barra Seca	Vila	248	279	301	1,18	0,76
Rio Quartel	Povoado	300	826	1.650	10,65	7,16
Farias	Povoado	250	893	1.445	13,57	4,93
Comendador Raf.	Povoado	486	297	263	-4,80	-1,20
Juncado	Povoado	492	418	410	-1,62	-0,19
Pov. Rio Doce	Povoado	563	596	695	0,57	1,54
Japira	Povoado	250	297	348	1,73	1,59
Total	Urbano	64.573	89.551	137.123	3,32	4,35
Total	Rural	41.634	36.292	33.884	-1,36	-0,68
Total	Geral	106.207	125.843	171.007	1,71	3,11

\*Estimativa

QUADRO 2: PARTICIPAÇÃO DOS AGLOMERADOS NA POPULAÇÃO DE LINHARES

	1980	1990*	2000*
Linhares	50,38%	59,26%	68,37%
Conjunto das Vilas	8,23%	9,26%	8,97%
Conjunto de Povoados	2,20%	2,64%	2,81%
População Urbana	60,81%	71,16%	80,15%
População Rural	39,19%	28,84%	19,85%

FONTE: Dados trabalhados a partir de informações constantes no documento "Estudos Populacionais para Cidades, Vilas e Povoados - 1980/2010/IJSN.

\*Estimativas.

Tomando-se em primeiro momento o passado recente, 1980 a 1990, é possível constatar-se que o crescimento demográfico do município como um todo, é ligeiramente inferior ao crescimento natural ou vegetativo esperado (1,71% a.a. contra 1,98% a.a.). Quer dizer, persistiu ainda um saldo negativo no processo migratório, mesmo que pequeno. Claro está que esta taxa global representa a média entre um crescimento urbano positivo e um decréscimo absoluto na população rural.

É importante perceber inicialmente que tanto o crescimento urbano em Linhares é menor que a média estadual (3,32% a.a. contra 4,04% a.a.) como o esvaziamento rural em Linhares é menos intenso que o observado na média do Espírito Santo (-1,36% a.a. contra -1,49% a.a.) o que significa que aqui o processo de urbanização é menos expressivo e que as atividades agropecuárias conseguem ainda reter contingentes populacionais na zona rural, não na sua totalidade, é claro.

Está claro também que o processo urbanizatório se concentra basicamente na cidade de Linhares e na sua periferia, o que revela que mesmo as

vilas e povoados que apresentam taxas mais expressivas de crescimento demográfico só estão nessa situação por conta do crescimento derivado da sede, beneficiando-se da proximidade desta enquanto seu espaço natural de expansão. Este crescimento periférico da cidade de Linhares e de algumas outras localidades estrategicamente situadas representa a contrapartida demográfica ao atual processo de desenvolvimento econômico da região.

Um entendimento do que ocorre no Município passa pela constatação da seletividade do processo econômico regional conforme já se colocou, e nesse caso, o processo de ocupação, composição e distribuição demográficas reproduz necessariamente o quadro motor. Os movimentos migratórios atingem grupos diferenciados de população, tanto por idades quanto por renda, instrução e demais características num quadro de trocas demográficas extra-municipal e regional, onde a atração externa de população compensados pela expulsão dos não adaptáveis a este modelo.

Estudos recentes para Linhares mostram que a resultante desde processo seletivo, sob aspectos estritamente demográficos, seriam:

- . Um "rejuvenescimento" da estrutura demográfica com maior proporção de idades intermediárias;
- . Uma supremacia importante do contingente masculino em quase todos os grupos etários;
- . Uma queda acentuada nos níveis de fecundidade e um aumento relativo da mortalidade.

Sob o aspecto social, a resultante da população aponta para:

- . Uma estagnação, que equivale historicamente à quedas, no conteúdo educativo da população (número médio de anos de estudo por habitante);
- . Aumento da segregação espacial;
- . Alterações no perfil sócio-cultural.

Em que pese a perda paulatina e constante de importância do setor primário na economia Linhareense, com um avanço dos setores terciários conforme se colocou no início, é inegável o significado da agropecuária para o município. Assim sendo, é importante discutir-se alguns dados de modo a gerar informações e conhecimentos que possam ser recuperados no seminário, principalmente em relação à perspectivas de agroindustrialização.

A estrutura fundiária tende à concentrações de terras cada vez maiores. Os 21% de proprietários com estabelecimentos com área acima de 100 hectares ocupam mais de 80% do espaço agricultável do município sendo que as pequenas e médias propriedades (menos de 100ha) estão na proporção inversa em termos de número e área ocupada. Essa expansão das grandes propriedades se dá em cima das micro e pequenas (menos de 50ha) que diminuem no município, e não das médias propriedades.

Ou seja, a crise atinge de forma mais acentuada a agricultura de subsistência e a produção familiar, mesmo que se saiba dos impasses ora vividos pela agricultura em bases empresariais no município. Visto sob a ótica do emprego e da produção de alimentos o quadro é preocupante. Já se considerarmos critérios de especialização produtiva e de capacidade de produção para a agroindustrialização o mesmo quadro passa a ser positivo.

Em relação à utilização de terras não houve, entre 1980 e 1985 anos para os quais se dispõe de dados do censo agropecuário, alterações mais expressivas, principalmente se considerarmos valores relativos, já que os valores absolutos apresentam em quase todos os casos uma diminuição constante. Mesmo assim pode-se reter tendências a: uma utilização mais

intensa do espaço; uma estabilização na formação de florestas e a con  
tinuidade no processo de devastação das matas naturais; um aumento de  
cultivo de áreas temporárias e; um avanço das áreas de pastagens (no ca  
so essa seria a mudança mais significativa). O rebanho bovino atual  
se aproxima das 200.000 cabeças.



QUADRO 3: LINHARES - ESTRUTURA FUNDIÁRIA 1980/85

ANO	ESTABELECIMENTOS									
	ATÉ 50ha	%	50 A 100ha	%	100 a 500ha	%	MAIS DE 500ha	%	SEM DECLARAÇÃO DA ÁREA	TOTAL
80	2.654	64,74	720	17,56	599	14,61	110	2,68	16	4.099
85	1.940	61,43	551	17,44	556	17,6	111	3,51	-	3.158

Fonte: Censos Econômicos - IBGE



QUADRO 5: PRINCIPAIS LAVOURAS PRESENTES EM LINHARES POR ÁREA PLANTADA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO SEGUNDO PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESPÍRITO SANTO - 1990

PRODUTO	ÁREA (HA)		RENDIMENTO MÉDIO/HA(kg)		PRODUÇÃO	
	LINHARES	ES	LINHARES	ES	LINHARES	ES
Cana	6.500	42.244	50.000	35.531	325.000	1.500.988
Mamão	804	3.421	120.000	80.234	96.480	274.481
Café	38.000	507.726	1.250	859	47.500	436.278
Mandioca	900	19.505	16.500	16.340	14.850	318.821
Cacau	20.379	22.168	500	491	10.190	10.878
Milho	3.400	118.350	2.800	1.574	9.520	186.342
Laranja	211	1990	40.000	65.718	8.440	130.780
Feijão	6.000	338.157	3.840	1.888	7.740	72.050
Arroz	400	33.417	2.500	2.794	1.000	93.351
Banana	1.200	24.242	625	768	750	18.614

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

% LINHARES/ES

PRODUTO	ÁREA	PRODUÇÃO
Cana	15,38	21,65
Mamão	23,50	35,15
Café	7,48	10,88
Mandioca	4,61	93,67
Cacau	91,93	93,67
Milho	2,87	5,10
Laranja	10,60	6,45
Feijão	15,72	10,74
Arroz	1,20	1,07
Banana	4,95	4,02

Em relação ao quadro 5, fica claro que os principais produtos produzidos em Linhares apresentam vantagens comparativas em relação ao conjunto do Espírito Santo, principalmente aqueles que estão adaptados às condições de clima e solo do município, exceção do caso da laranja. Fica claro também que esse avanço da área ocupada com lavouras temporárias é problemático, já que demandam tecnologias mais intensivas e maiores custos. Para uma melhor visualização do papel diferenciado da agricultura em Linhares em relação ao conjunto do Estado até 1985 (algumas coisas podem ter se alterado de lá para cá). Estamos anexando o mapa a seguir.

---

O último cadastro industrial do Espírito Santo, elaborado pelo IDEIES, revela que Linhares ocupa o sétimo lugar entre os municípios industrializados do estado no tocante a número de indústrias, o oitavo em relação à mão-de-obra e o quarto em relação à receita bruta. Já em relação a impostos recolhidos (ICMs e ISS) a posição cai fortemente. A síntese da situação industrial em Linhares pode ser visualizada a seguir.

QUADRO 6: SISTEMA DE CADASTRO INDUSTRIAL - Versão 1.8

INDÚSTRIAS DO ES

RELATÓRIO ESTATÍSTICO POR MUNICÍPIO - IDEIES - ISNTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ES

VALORES EM MILHARES DE  
Em 02/09/91

MUNICÍPIO	TOTAL	Z	CAP. SOC. ATUAL	Z	PESS. 12/89	Z	PESS. 05/90	Z	VLR.FOLHA 05/90	Z	PATR. LIQUIDO 12/89	Z	REC.OPER.BRUTA 89	Z	ICMS PAGO 89	Z	ISS PAGO 89	Z	REC.OP.BRUTA MED. 90	Z
LINHARES	272	5	20.784.006	1	5.622	4	5.459	4	50.994	1	582.271	0	2.455.737	11	20.419	2	1.767	1	615.062	1
Fonte: IDEIES	5.172		2.710.085.746		128.621		124.535		4.263.126		152.070.567		21.461.721		921.426		192.579		46.537.610	

QUADRO 7: SISTEMA DE CADASTRO INDUSTRIAL - Versão 1.9  
 INDÚSTRIAS DO ES - RELATÓRIO ESTATÍSTICO DO GÊNERO - IDEIES

VALORES EM MILHARES DE  
 Em 16/09/91

G E N E R O	TOTAL	X	CAP. SOC. ATUAL	Z	IPSS. 12/89	X	IPSS. 05/90	Z	MLR.FOLHA 05/90	X	PAT.LIQUIDOS 12/89	Z	REC.OP.GRUTA 89	X	ICMS PAO 89	Z	ISS PAO 89	X	REC.OP.GRUTA MED.90	Z
COMUNICAÇÕES	142	2	1.777.218,963	66	2.383	2	2.384	2	213.877	5	17.849,663	11	348,635	2	48,633	4	2.249	1	825,147	2
EXTRACAO DE MINERAIS	128	2	88.353,394	3	5.752	5	5.792	4	233.281	5	14.472,948	9	1.871,134	9	136,442	15	9.898	5	3.717,612	8
IND. DE COURO, PELES E PROD.SIMILARES	18	0	18	0	13	0	14	0	59	0	275	0	323	0	38	0	0	0	1,275	0
IND. DE MATERIAL DE TRANSPORTE	72	1	182,682	0	854	1	854	1	7.354	0	107,533	0	389,897	1	3,298	0	1,865	1	97,399	0
IND. DE PERFUMARIA, SACOS E VELAS	12	0	3,381	0	86	0	98	0	549	0	3,645	0	41,394	0	195	0			166,823	0
IND. DE PROD. DE MINERAIS NAO METALICOS	476	9	243.673,249	9	8.898	6	8.437	6	81.548	2	2.825,875	2	1.224,549	6	92,149	11	3.094	2	2.819,427	4
IND. DE PRODUTOS DE MATERIAS PLASTICAS	11	0	491,825	0	648	1	659	0	6,459	0	484,429	0	285,816	1	18,878	1			2,946,727	6
IND. MATERIAL ELETRICO E DE CONDIÇÕES	59	1	1.483,514	0	767	1	1.839	1	12,439	0	255,765	1	155,422	1	1,818	0	257	0	285,329	0
IND. DE PROD. FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	4	0	356	0	15	0	23	0	115	0	48	0	2,813	0	1	0			5,197	0
IND. DO VESTUAR, CALÇADOS, ARTES. DE TÊXTIL	619	12	858,392	0	8.371	7	8.136	6	185,589	2	1.237,788	1	1.283,761	6	51,949	6	1,218	1	1,751,523	4
INDUSTRIA DA BOTAFOCA	24	0	181,723	0	631	0	613	0	7,127	0	76,894	0	75,259	0	2,833	0	1,287	1	141,818	0
INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	344	7	6.384,917	0	16,369	13	15,136	11	1.173,271	28	4.644,525	3	1.589,858	7	585	0	83,212	46	2.221,338	3
INDUSTRIA DA MADEIRA	257	5	1.459,525	0	4,443	3	3,454	3	28,578	0	2.259,963	1	172,931	1	3,657	0	387	0	261,324	1
INDUSTRIA DE BEBIDAS	124	2	381,851	0	1,943	2	1,929	1	34,032	1	1,558,294	1	183,249	1	11,942	1	15	0	393,124	1
INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELÃO	5	0	5,382,788	0	3,814	3	3,782	3	349,353	8	7,758,878	5	1.227,546	6	43,777	5	399	0	3.074,819	5
INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	718	13	12.337,507	0	14,463	11	14,165	11	286,512	5	9.163,711	6	2.546,854	12	154,978	29	383	0	5.072,751	12
INDUSTRIA DO MOBILIÁRIO	412	8	574,583	0	2,726	2	2,876	2	19,675	0	575,825	0	119,271	1	8,221	1	649	0	324,374	1
INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	124	3	87,241	0	1,221	1	1,459	1	19,456	0	166,387	0	189,987	0	647	0	2,753	1	143,456	0
INDUSTRIA MECANICA	119	2	1.273,373	0	2,318	2	1,987	1	27,721	1	5.851,723	6	648,753	4	11,822	1	2,328	1	1.287,113	3
INDUSTRIA METALURGICA	321	8	451.831,744	17	11,846	9	11,243	8	688,172	16	78.985,894	46	2.911,732	14	97,784	11	2,334	1	6.511,627	15
INDUSTRIA QUIMICA	26	0	1.572,197	0	1,362	1	1,536	1	33,746	1	1.432,458	1	1.102,327	5	28,376	3	28	0	97,541	2
INDUSTRIA TEXTIL	28	0	1.118,329	0	1,762	1	1,793	1	26,959	1	436,151	0	252,965	1	15,294	2	15	0	455,247	1
INDUSTRIAS DIVERSAS	83	2	44,546	0	613	0	625	0	3,819	0	96,471	0	75,333	0	1,757	0	82	0	75,841	0
SERV. DE DIVERSOS, RADIOFONIA E TV.	7	0	21,647	0	209	0	206	0	18,293	0	1,945	0	49,878	0			2,573	1	32,028	0
SERVICOS AUXILIARES DE ATIV.ECONOMICAS	146	3	6.744,769	0	7,156	6	6,337	5	248,345	6	2.529,769	2	689,185	3	18,748	2	6,925	4	6.549,258	14
SERVICOS DE REPARACAO E CONSERVACAO	725	14	624,548	0	3,859	3	3,792	3	37,347	1	524,425	0	381,488	2	54,364	5	29,419	15	814,328	2
SERVICOS DOMICILIARES	2	0	52	0	2	0	1	0	4	0			55	0			87	0	12	0
SERVICOS INDUSTRIAIS DE UTILID. PUBLICA	54	1	43.939,166	2	1,163	1	4,471	3	276,584	6	3.314,943	2	145,771	1	2,759	0	251	0	1.194,894	3
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2	0	218,418	0	756	1	873	1	32,411	1	19,669	0	53,857	0			72	0	66,455	0
TRANSPORTES	368	6	28.425,434	2	22,544	15	21,845	13	411,836	10	3.182,816	2	2.521,858	15	87,714	18	55,195	15	3.297,728	8
<b>TOTAL</b>	<b>5.277</b>		<b>2.711.103,824</b>		<b>126,402</b>		<b>134,583</b>		<b>4.229,894</b>		<b>158.139,574</b>		<b>21.458,759</b>		<b>922,327</b>		<b>172,513</b>		<b>146.016,021</b>	

Fonte: IDEIES

QUADRO 8: MUNICÍPIO DE LINHARES  
RELATÓRIO ESTATÍSTICO INDUSTRIAL POR GÊNERO 1990

GÊNERO	VARIÁVEIS					
	A	B	C	D	E	F
Extração mineral	1	120				
Minerais não metálicos	14	476	2,94	51	8.437	0,60
Indústria Metalúrgica	11	301	3,65	13	11.243	0,01
Indústria Mecânica	16	119	13,45	114	1.987	5,73
Ind. Material Elétrico	4	59	6,77	8	1.069	0,75
Ind. Material Transporte	1	72				
Ind. Madeira	38	257	14,79	504	3.484	14,47
Ind. Mobiliário	53	412	12,86	1.313	2.896	45,34
Ind. Borracha	2	24	8,33	46	613	7,50
Ind. Química	2	26	7,69	207	1.586	13,05
Ind. Vestuário, Calçados, Artefatos, Tecidos	16	619	2,58	103	8.136	1,26
Ind. Prod. Alimentares	28	710	3,94	182	14.163	1,28
Ind. Bebidas	5	124	4,03	21	1.858	1,13
Ind. Gráfica	6	134	4,47	22	1.459	1,50
Ind. Diversas	7	83	8,43	25	625	4,00
Ind. Construção Civil	3	344	0,87	61	15.136	0,40
Transportes	16	300	5,33	2.658	31.445	8,15
Comunicações	1	102	1,00	23	2.364	0,17
Serv. Reparos e Cons.	51	14	27,45	216	3.792	5,70
Serv. Diversões, Rádio, TV	1	7		27	256	10,54
Serv. Aux. de Atividades Econ.	3	146	2,05	-	6.369	-
<b>TOTAL</b>	<b>272</b>	<b>5.277</b>	<b>5.15</b>	<b>5.622</b>	<b>134.583</b>	<b>4,18</b>

Fonte: IDEIES (tabulações próprias no cadastro)

CONVENÇÕES:

- a - total de indústria do gênero em Linhares
- b - total de indústrias do gênero no ES
- c - participação Linhares/ES no nº indústria do gênero
- d - pessoal ocupado por gênero em Linhares
- e - pessoal ocupado por gênero no ES
- f - participação Linhares/ES na ocupação de pessoal por gênero industrial



As principais indústrias de Linhares estão nos ramos de mobiliário, ma deira, alimentos e química, além do setor de transportes, incluído no cadastro do IDEIES, com presença marcante no município. Os 12 maiores empreendimentos empregaram, em 1990, 3.808 trabalhadores, quase 70% do pessoal ocupado na indústria no município. Em relação ao ICMs da indústria responderam por 69% dos impostos. Tem, entretanto, mais de 15 anos em média de operação, quer dizer, geradas no ciclo de desenvolvimento pós-erradicação do café.

Em relação à idade média das indústrias no município o quadro é o seguinte:

#### LINHARES - Parque Industrial por Tempo de Implantação

- menos de 1 ano: 26 indústrias, 9% do total
- de 1 a 3 anos: 53 indústrias, 19% do total
- de 4 a 5 anos: 55 indústrias, 20% do total
- de 5 a 15 anos: 88 indústrias, 32% do total
- mais de 15 anos: 56 indústrias, 20% do total

QUADRO 9 - NÚMERO DE TERMINAIS TELEFÔNICOS (ANO 1990)

RESIDENCIAL	NÃO-RESI DENCIAL	USO PÚBLICO	OUTROS	TOTAL
2.883	1.193	97	4	4.177

Outros: É relativo ao sistema rural compartilhado.

QUADRO 10 - ÁGUA E ESGOTO (DEZEMBRO/1990)

SAAE'S	ÁGUA						ESGOTO			
	LIGAÇÕES		ECONOMIAS				LIGAÇÕES		ECONOMIAS	
	EXIS TENTES	FUNCIO NANDÔ	RESI DENCIAIS	COMER CIAIS	INDUS TRIAIS	TOTAL	CADAS TRADÔS	FUNCIO NANDÔ	CADAS TRADÔS	FUNCIO NANDÔ
Linhares	16.056	16.036	17.739	1.547	03	19.289	6.777	6.731	8.525	8.479

QUADRO 11 - NÍVEL DE HIDROMETRAÇÃO (DEZEMBRO/1990)

LOCALIDADE	Nº TOTAL DE LIGAÇÕES DE ÁGUA EXISTENTES	Nº TOTAL DE HIDRÔMETROS INSTALADOS	% DE LIGAÇÕES HIDROMETRADAS
Sede	13.669	13.370	98
Bebedouro	489	489	100
Córrego D'Água	1.316	1.316	100

Nas demais localidades não há sistema de hidrometração.

DADOS SOBRE POPULAÇÃO ATENDIDA (DEZEMBRO/1990)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ATENDIDA EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA	POPULAÇÃO ATENDIDA EM COLETA DE ESGOTO
Linhares	96.445	42.625

QUADRO 12 - IMPOSTOS ARRECADADOS

DADOS	ANO	UNIDADE	QUANTIFICAÇÃO
Imposto - ICMS	90	Cr\$	1.070.114.631,59
. Setor Primário	90	Cr\$	128.832.411,52
. Setor Secundário	90	Cr\$	270.292.015,79
. Setor Terciário	90	Cr\$	670.990.204,28
Imposto - ISS	90	Cr\$	36.544.852,60
Imposto - IPTU	90	Cr\$	17.645.739,58

PECUÁRIA - ANO 90

	PROPRIEDADES	UNIDADE	QUANTIFICAÇÃO
Bovino	1.234	Efetivo	197.473

A N E X O 2

**ÂMBITO DE AÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO**

- I- O fomento e a promoção do desenvolvimento econômico do Estado;
- II- A atualização e conseqüente modernização do parque industrial estadual;
- III- A análise e avaliação da economia do Estado com vistas a atrair, localizar e manter o desenvolvimento de iniciativas industriais e comerciais;
- IV- A promoção e divulgação das oportunidades oferecidas pelo Estado nos mercados interno e externo;
- V- A concepção e a elaboração de estudos básicos e projetos sobre a sócio-econômica estadual e a sua integração com a economia nacional;
- VI- A promoção das medidas normativas e executivas de exploração econômica de recursos minerais;
- VII- A pesquisa de dados e informações técnicas de natureza conjuntural, de interesse econômico e social para o Estado, bem como a sua consolidação e divulgação sistemática;
- VIII- A política de desenvolvimento urbano e regional do Estado;
- IX- O registro, o controle e a fiscalização das atividades comerciais de que for competência da Junta Comercial;
- X- A identificação e a divulgação das potencialidades turísticas e atrativas do Estado, com o objetivo de criar fluxos turísticos;
- XI- A implantação da infra-estrutura necessária a acolhida do

turista;

XII- A promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa científica, a capacidade tecnológica e a difusão do acervo de conhecimento;

XIII- O controle e a orientação dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Pasta.



## ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- I- Estabelecer a política de desenvolvimento do Estado nos campos econômico, urbano e regional;
- II- Planejar o fomento e o desenvolvimento econômico do Estado, atraindo investidores internos e externos, tendo em vista as potencialidades existentes e o comportamento dos setores produtivos da economia estadual;
- III- Promover a adoção de medidas que representem estímulos e incentivos à iniciativa privada tendo em vista o desenvolvimento econômico do Estado;
- IV- Promover as medidas normativas e executivas de exploração econômica dos recursos minerais;
- V- Estimular a manutenção e o desenvolvimento de empreendimentos industriais no Estado bem como orientar e apoiar a localização recional de novos estabelecimentos e a realocação dos já existentes, procurando, ao mesmo tempo, identificar novas vocações;
- VI- Coordenar o inter-relacionamento entre o setor público e o setor privado, de modo que as políticas e diretrizes da administração estadual incorporem as reivindicações das classes produtoras;
- VII- Formular a política territorial de desenvolvimento visando à apropriação de áreas para implantação de centros, distritos, zonas, núcleos e pólos industriais no Estado;
- VIII- Promover estudos com vistas à instituição no Estado de regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas;
- IX- Articular-se com os municípios para a formulação e imple-

mentação das políticas urbanas;

X- Promover, através da Junta Comercial, o registro, controle e a fiscalização das atividades comerciais;

XI- Formular as políticas de incentivo e de promoção do desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências e do sistema produtivo regional, mediante formulação de políticas compatíveis às necessidades do Estado;

XII- Promover o desenvolvimento e a modernização do Sistema de Informações do Estado, bem como a implantação de um banco de dados para o planejamento e desenvolvimento do Estado, compreendendo dados e informações técnicas, gerenciais e macro-econômicas;

XIII- Formular a política estadual de Turismo.

## SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL

Criada pela Lei Nº 2.572, de 10/02/71, alterada pela Lei Nº 2.688, de 20/12/71, a SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL-SUPPIN, é uma entidade autárquica com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, técnica e financeira.

Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a SUPPIN tem sede e foro na Capital do Estado e goza, no que tange aos seus bens, rendas e serviços, das regalias, privilégios e imunidades conferidas ao Estado.

A seguir, são enumeradas suas atribuições:

- 1 - Promover e/ou executar a elaboração de estudos visando a implantação de núcleos destinados à localização de indústrias com especificação de seu objetivo e da política fiscal e jurídica necessária à consecução desse objetivo.
- 2 - Executar, fiscalizar e atualizar planos diretores que forem estabelecidos para implantação de núcleos ou centros industriais.
- 3 - Promover, direta ou indiretamente, a execução de todas as obras de infraestrutura necessárias à instalação de indústrias.
- 4 - Prestar assistência aos empreendimentos adequados aos planos diretores.
- 5 - Promover estudos tendo em vista o desenvolvimento equilibrado das áreas adjacentes aos núcleos e centros industriais e sugerir as medidas necessárias à obtenção desses resultados.
- 6 - Prover as áreas selecionadas para nucleação industrial de base habitacional de baixo custo, atendendo ao problema social e evitando especulação sobre o custo dos terrenos e benfeitorias beneficiadas pelas obras de urbanização.
- 7 - Participar, inclusive mediante subscrição de capital, de entidades públicas e privadas cujos programas se ajustem às finalidades da entidade.

## SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL

- 8 - Promover a obtenção de financiamento interno ou externo, inclusive através de convênios, acordos ou contratos, obedecidas as formalidades legais.
- 9 - Promover providências junto a órgãos ou entidades públicas ou privadas, no interesse da execução de medidas, especialmente no que diz respeito à elaboração de projetos de natureza rodoviária, ferroviária ou portuária, de saneamento, comunicação e urbanismo que tenham por objetivo o aproveitamento de recursos hidrológicos, energéticos e outros relacionados com a implantação de indústrias.
- 10- Promover ampla e contínua divulgação de seus objetivos e atividades, visando à atração de investidores.
- 11- Promover todas as demais medidas necessárias ao exercício de suas atribuições e consecução de seus objetivos.

## ANEXO I - INFORMAÇÕES DE APOIO

### A) OS DISTRITOS INDUSTRIAIS

Diante do inegável surto de industrialização que atravessa o Brasil, cada vez mais se identifica como um país predominantemente urbano, cujo crescimento, quase sempre desordenado, tem estimulado um processo, com repercussões negativas para o funcionamento das cidades e o nível de qualidade de vida de sua população.

Além disso, o crescimento acelerado das indústrias tem gerado, principalmente nos grandes centros, enormes distorções sociais com sérias repercussões sobre as condições ambientais tornando inadiável a implementação de uma política que concilie os resultados obtidos desse crescimento econômico com o uso racional dos recursos disponíveis.

Por outro lado, esse processo de desenvolvimento de características multiformes que se verifica em todo o país, fez sentir a necessidade de adoção de medidas efetivas de proteção ao meio ambiente, em que os agentes responsáveis pela sua contínua degradação, (no caso, as indústrias) sejam combatidos de forma sistemática nas regiões cujos problemas, nesse gênero, chegam a assumir proporções verdadeiramente assustadoras.

O crescimento industrial, quando se faz sem planejamento gera deseconomias de escala para as indústrias, diminuição da qualidade de vida para a comunidade, além de onerar o Estado com gastos suplementares no remanejamento e adaptação das redes de serviço público existentes.

Como exemplo dessa situação extrema citamos, dentre outras, a Região do ABC Paulista e o Bairro de São Cristovão, no Município do Rio de Janeiro.

Como já foi visto anteriormente, a destinação de determinadas áreas para a implantação de indústrias é parte da estratégia que vários países se têm valido para estimular o surgimento de polos de industrialização.

No Brasil, a criação de novas áreas de localização industrial, em particular os Distritos Industriais surgiu devido a decisão governamental de descentralizar a atividades industrial.

Em sua definição mais simples, um Distrito Industrial é uma área delimitada e convenientemente localizada, subdividida e beneficiada segundo um amplo planejamento, no qual se

encontram disponíveis os principais meios e condições necessários e favoráveis a atividade industrial.

Objetivando a maximização dos benefícios de ordem especial, institucional, operacional e econômica da aglomeração, o seu planejamento compreende:

#### ORGANIZAÇÃO FÍSICA

- Dimensionamento do Distrito Industrial;
- Delimitação, no espaço disponível, da área do Distrito Industrial em função dos limites naturais e das condicionantes topográficas, geológicas, hidrológicas e outras;
- Zoneamento e uso do solo com definição de áreas que respondem às necessidades específicas dos diversos setores do Distrito Industrial: destinação de áreas para processamento, armazenamento de matérias-primas e de produtos, circulação, estacionamento, carga e descarga, administração, serviços e equipamentos comuns, lazer, preservação, proteção, florestamento e outros;
- Divisão das áreas industriais em lotes racionalmente dimensionados;
- Traçado do sistema viário interno e das ligações com o sistema viário externo;
- Dimensionamento e localização dos terminais de carga e transporte e dos pátios de estacionamento e manobra;
- Definição da configuração geral do sistema de captação (água superficial e/ou subterrânea), adução, tratamento, reservação e distribuição;
- Definição da configuração geral do sistema de esgotamento e disposição de dejetos;
- Definição do sistema de coleta e eliminação do lixo comum;
- Definição da configuração geral do sistema de abastecimento, transformação e distribuição de energia elétrica;
- Definição de configuração geral do sistema de comunicações;
- Determinação dos custos de diversas obras;
- Determinação dos custos unitários de água tratada e água bruta distribuída;
- Determinação dos custos unitários de esgotamento para o sistema coletor geral, por unidade industrial;
- Determinação dos custos unitários de energia distribuída;
- Elaboração do plano de implantação por etapas, com indicação dos projetos executivos específicos.

#### ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL:

- Identificação dos instrumentos legais necessários a implantação e operação do Distrito Industrial;
- Elaboração de regulamentação à venda e arrendamento, administração, direito de uso, manutenção, segurança, controle de poluição e efeitos indesejáveis, restrições,

ocupação dos lotes, estética, sinais visuais e anúncios, serviços e equipamentos comuns, etc.

#### ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA:

- Análise dos custos de implantação, de operação e de manutenção;
- Programa de investimentos;
- Análise de benefícios sociais;
- Estudo de mercado;
- Planejamento de vendas e arrendamentos;
- Programa de retorno dos investimentos;
- Plano de financiamentos;
- Planejamento de promoção.

No detalhamento dos fatores a serem considerados num Distrito Industrial, já se tem uma idéia inicial da complexidade que sua localização implica, face a extrema dificuldade de se conseguir uma conjunção ótima de todos esses fatores no espaço a um custo mínimo.

Todavia, a esses problemas contrapõem-se indiscutíveis vantagens que tornam os Distritos Industriais fatores imperiosos do rápido desenvolvimento de uma região.

- Pode-se distinguir dentre o programa de Distritos Industriais a existência de duas estratégias básicas:

a primeira tem por objetivo a atração de unidade para as novas áreas de uso industrial tendo em vista o congestionamento das áreas preexistentes e a localização indiscriminada no interior das cidades, preocupação esta que se justifica pelas deseconomias que podem ser provocadas pelo preço proibitivo que atinge os terrenos, ou por custos crescentes dos serviços de infra-estrutura. Esta estratégia abrange a própria realocação de unidades anteriormente instaladas, particularmente quando objetivam ampliar-se ou envolvam problemas de poluição ambiental.

a segunda estratégia, de caráter mais abrangente, visa à desconcentração da atividade industrial, tendo em vista uma maior equidade a nível espacial, através da implantação e promoção de novas áreas de localização industrial, cujo papel fundamental é gerar novos polos dinâmicos, os quais, em conformidade com a escala que assumam, podem dar lugar a reflexos significativos a nível nacional, regional e sub-regional.

A implantação de Distritos Industriais apresenta como característica mais marcante um alto nível de integração espacial e técnica entre as suas unidades, afirmando-se como importante instrumento que busca alcançar, mediante planejamento industrial integrado, as vantagens proporcionais pelas economias de escala e aglomeração.

Sob este aspecto, podemos citar empreendimentos realizados em diversas regiões do país, em alguns casos ainda em fase de implantação, mais que demonstram ter a política de localização industrial, atingindo em cerca de dez anos, importante papel na desconcentração da atividade industrial e a conseqüente expansão e aproveitamento do mercado de trabalho.

## B) DISTRITO AGROINDUSTRIAL

As regiões interiorizadas têm sido identificadas exclusivamente como dedicadas às atividades primárias. O planejamento econômico tem apoiado a noção de que essas regiões deveriam ser apenas fontes de matérias e de alimentos que seriam posteriormente processados pelas indústrias nas regiões urbanizadas. O planejamento deve tentar mudar essa imagem e preocupar-se com a maior diversificação da base econômica regional, enfatizando as potencialidades da região, numa tentativa de explorar os efeitos de aglomeração decorrentes das atividades que venham a existir.

Essa deficiência de investimentos tem, ao longo do tempo desestimulado investimentos adicionais capazes de facilitar o processo de transformação das regiões rurais. Há, portanto a necessidade de uma ação das instituições federais, regionais e locais, dirigidas para os mesmos objetivos de forma que, em conjunto atuem como força multiplicadora dos esforços e dos recursos existentes na região, afim de promover o desenvolvimento e a segurança social e econômica para o indivíduo, dentro da estrutura em que está radicado.

é interessante observar, porém, que a decisão de localização do empresário industrial é ainda principalmente dominada pela atração que os grandes centros oferecem. Os incentivos governamentais descentralizadores embora venham influenciando gradativamente, ainda não tiveram força suficiente para modificar a tendência concentracionista da indústria nos grandes centros urbanos. As economias de aglomeração e os serviços oferecidos continuam sendo as maiores fontes de atração para o estabelecimento de uma indústria.

O Distrito Industrial dadas as suas características atuária, então, na condição de mais uma forma de estímulo ao desenvolvimento e como instrumento de planejamento, podendo resultar num empreendimento capaz de promover a integração das atividades econômicas no interior.

O Distrito Agroindustrial é definido, portanto como um agente integrador das atividades econômicas na região rural, onde o nível de produção agrícola e a disponibilidade de



infra-estrutura física e social da região atuarão como fatores limitativos das atividades industriais que nele se estabeleçam e essas indústrias façam gerar economias externas na área, no sentido de aumentarem a produtividade e provocarem um crescimento de produção agregada da região.

Assim, o mesmo será composto tanto de indústria que atendam às vocações regionais e que atuem como suporte, beneficiamento e transformação da atividade agropecuária local como de empresas que auxiliem diretamente o produtor agrícola e a região de influência.

Sua função será a de constituir mais um instrumento que visa a organizar a base econômica de uma região rural em termos empresariais.

O tipo de indústrias que venham a se instalar no Distrito Agroindustrial exige cuidadosos estudos no que diz respeito a tamanho e localização adequada a realidade local. Portanto, ao ser estudada a sua implantação, vários fatores deverão ser observados:

.A estrutura agrícola não é a mesma nas diferentes regiões do País e as técnicas de produção são tradicionais, com raras exceções;

.A quantidade da produção agrícola de uma região a ser beneficiada do aproveitamento do excedente entre a oferta agrícola dessa região e a demanda do produto "in natura";

.O Brasil é ainda uma economia de base agrária, necessitando portanto, da exportação de produtos primários para obter a capacidade de importar produtos industrializados ou semi-industrializados;

.A partir da especialização da lavoura numa região, abre-se a perspectiva da introdução da agroindústria;

.E principalmente por intermédio da modernização da agricultura que se atinge a especialização da produção agrícola;

.Modernização agrícola é também, a tônica do aumento da produtividade;

.Um grande elemento da pressão ao empresário industrial é o nível de riscos que representa uma interrupção no fluxo de abastecimento da matéria-prima agrícola;

.O agricultor, em geral ainda não tem conhecimento e recursos suficientes para alocá-los em outras atividades econômicas;

.As variáveis básicas de um sistema agroindustrial, (produção, processamento e comercialização) deverão estar adequadamente dimensionadas para que não haja entraves ao processo e conseqüente desperdício de recursos.

Na maioria das regiões rurais do País, a implantação da agroindústria é ainda prematura, pelo fato de exigir disponibilidade para ampla escala de operações, padrão tecnológico mais elevado e um bom equilibrado esquema de

produção/processamento/comercialização. Os grandes investimentos necessários poderão tomar tais indústrias economicamente inviáveis. Não há dúvida, também, de que as agroindústrias oferecem inúmeras vantagens ao setor agrícola, impondo, ao mesmo tempo, requisitos e exigências que tal setor nem sempre tem condições de responder.

Assim, em termos de realidade atual, há maiores possibilidades de sucesso à implantação de indústrias de beneficiamento, pois, além de adotarem técnicas mais intensivas em mão-de-obra, colocam no mercado de um produto valioso. São vantajosas também sob outros aspectos, pois localizadas dentro da área de produção, eliminam parte dos prejudiciais estágios intermediários da comercialização. Os custos de transporte são reduzidos, já que a relação custo do transporte/valor do produto, a um volume fixo, é menor. Nesse grupo estão incluídas as fábricas de classificação e embalagem.

Num estágio intermediário entre as indústrias de beneficiamento e a agroindústria, também com possibilidades reais de introdução na área, incluem-se determinadas indústrias de transformação que não dependem de serviços de infra-estrutura tais como os oferecidos nas cidades. Nesse caso, poderão funcionar fábricas de produtos típicos da região como doces concentrados, etc... e as fábricas que elaborem o produto local para ser enviado, posteriormente, a outros centros como matéria-prima em outro estágio de processamento industrial.

Os produtos perecíveis são os mais beneficiados com as indústrias de transformação, pois a margem de perdas será sensivelmente reduzida.

Não se deve excluir, entretanto, a possibilidade de implantação de outras indústrias que não tenham relação específica com o tipo de produção local. Funcionariam no caso, pequenas fábricas para consumo local, tais como as de confecções, de cerâmica, de objetos para enfeite, etc.

Além das indústrias, o Distrito Agroindustrial deverá ser composto pelas seguintes atividades de apoio:

- armazenagem;
- aluguel de máquinas;
- manutenção dos equipamentos agrícolas;
- centro de pesquisa aplicada;
- centro de informações e assistência técnica.

Essas atividades paralelas, integrantes do sistema agroindustrial, aceleram o processo de modernização da agricultura, ao propiciar uma série de benefícios ao setor, tais como a redução de perdas dos produtos o aumento da produtividade, concorrendo desta forma para maior

estabilidade econômica e eficiência ao setor primário local e para o incremento de renda na região.

Assim, somos de opinião que uma linha de conduta a seguir seria uma instituição cooperativa regional, apoiada financeiramente pelo Ministério da Agricultura, supervisionada e administrada por órgãos do Governo (no caso, a Companhia de Distritos Industriais e a Secretaria de Agricultura) dos quais os próprios agricultores participariam como investidores e beneficiários nas atividades conjuntas. Se os diversos proprietários agrícolas juntarem seus recursos, criarão empresas em uma escala muito maior do que se atuarem separadamente. Eles seriam levados a aplicar recursos exatamente naquelas atividades cujos efeitos positivos fossem diretos e imediatos sobre a produção:

- galpão de armazenagem (frigorífico, silos, etc)
- empresas transportadoras e distribuidoras;
- empresa de manutenção e aluguel de equipamentos (tratores, colhedoras, etc);
- indústrias de beneficiamento

A atuação do Governo seria a de não só financiar, através de linhas de crédito favorecidas, a cooperativa para a consecução das metas descritas acima, como também implantar, no próprio Distrito, os serviços de extensão rural para toda a área de influência com as seguintes unidades:

- centro de assistência técnica e informações;
- centro de pesquisa aplicada (quando necessários);

Assim, os custos de manutenção e de operação seriam reduzidos, a comercialização seria mais eficiente e a existência de tais atividades no Distrito Agroindustrial ofereceriam novas oportunidades para o bom desempenho da indústria, ou seja, haveria condições mais atrativas para o empresário industrial. Nesse sentido, o Distrito Agroindustrial tenderia a tornar-se o núcleo de um novo polo de desenvolvimento.

## CADERNO 2 - ELEMENTOS PARA A DELIMITAÇÃO DO TIPO DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL PRETENDIDA

### I - INTRODUÇÃO

Este caderno tem por objetivo fornecer informações que permitam estabelecer a tipologia a ser adotada em relação às várias possibilidades de adensamento industrial existente, de modo que se possa preparar o município para receber, viabilizando-as, as oportunidades de investimentos selecionados anteriormente (caderno 1), respeitando-se tanto critérios técnicos-econômicos quanto urbanos-ambientais, assim como os de estratégia política-econômica estadual.

Uma primeira preocupação, para que se possa avançar paulatina e seguramente rumo à caracterizações mais complexas, seria tentar estabelecer um primeiro enquadramento da concentração industrial pretendida segundo categorias que serão apresentadas e conceituadas a seguir (núcleo industrial, zona industrial, distrito industrial e centro industrial), considerando-se tanto a situação já existente (e no caso se proceder a uma mera classificação) quanto e principalmente a situação decorrente das oportunidades de investimento desejadas.

Esse enquadramento se dá via caracterização funcional enquanto elemento de diferenciação. Só que apenas isto não resolve ainda a questão decisória, já que esta se apóia também, principalmente no caso dos distritos industriais, mas não só aí, em considerações de ordem estratégica em relação a políticas de desenvolvimento. Desse modo o objetivo da constituição de um distrito industrial também deve ser convenientemente explicitado. Esta passagem caracterização funcional/objetivação de constituição de distritos industriais pode implicar em que se reveja a primeira classificação, e é sobre esta última que se fará o desdobramento do processo.

Uma vez selecionada (ainda preliminarmente, já que a decisão final será tomada quando do seminário municipal) a tipologia de concentração pretendida é possível avançar-se na direção dos levantamentos necessários à estruturação final da proposta, considerando-se as especialidades de cada uma, mesmo que neste momento ainda não se tenha informações precisas, mas apenas indícios.

## II - ENQUADRAMENTO PRELIMINAR DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EXISTENTE E/OU PRETENDIDA PARA O SEU MUNICÍPIO

Considere o seguinte:

A fim de que sejam evitadas as discrepâncias provocadas pela multiplicidade de conceitos, vem sendo aceita e adotada uma classificação que limita a quatro, o número de definições, segundo o grau de funcionalidade da concentração industrial:

### a) NÚCLEO INDUSTRIAL

Qualquer concentração industrial, planejada ou não, ocupando área urbana ou não, e que age como polo gerador de serviços industriais para a coletividade que a envolve;

### b) ZONA INDUSTRIAL

É uma área definida, onde institucionalmente podem localizar-se indústrias que atendam a pré-requisitos urbanísticos bem determinados;

### c) DISTRITO INDUSTRIAL

Área industrial planejada, estreitamente vinculada a um núcleo urbano e dotada de infra-estrutura física e serviços de apoio necessário para a indução de um processo de desenvolvimento industrial;

### d) CENTRO INDUSTRIAL

Área industrial planejada, não necessariamente dependente do núcleo urbano, de uma tipologia definida, integrada às funções decorrentes dessa atividade industrial e o complemento de atividades urbanas, no mesmo espaço físico definido.

Estas definições englobam as principais características que são atualmente encontradas nas áreas industriais existentes no Brasil. O grau funcional alcançado foi considerado como fator primordial de diferenciação, sendo o Núcleo a área industrial mais simples e o Centro, a mais complexa.

A grande vantagem desse conjunto de definições, é que seus conceitos não se confundem, permitindo um perfeito posicionamento das áreas industriais.

Aceitando-se como válidas essas conceituações anteriores, procure enquadrar o seu município em uma delas considerando-se:

1 - a situação atual;

2 - a situação pretendida segundo o grau de adequação com as oportunidades de investimento selecionadas no caderno

anterior. Procure também justificar essas pretensões, caracterizando posteriormente cada uma delas.

TIPOLOGIA	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PRETENDIDA	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
a				
b				
c				
d				

Justificativa:

Caracterização da situação atual:

Caracterização da situação pretendida:

Claro está que este tipo de distrito industrial demanda escalas e aglomerações que impedem a sua excessiva pulverização no território estadual, de modo que os critérios a serem utilizados no processo decisório hierarquizam o processo, tendo como pré-requisito os fatores técnicos-econômicos e não os fatores políticos.

Tendo refletido acerca dessas observações sobre o papel estratégico que pode ser assumido pelos distritos industriais, sugerimos que voce retome as anotações referentes ao enquadramento efetuado para a situação pretendida. Caso exista a opção pela situação C, distrito industrial, gostaríamos que procurasse responder às questões que se seguem:

1 - O distrito industrial pretendido se encaixaria em quais dos eixos estratégicos?

a) D.I. para recolocação de indústrias instaladas ou a se instalar

b) Distrito Agroindustrial

c) D.I. para desconcentração industrial

2 - Já existe em seu município zoneamento industrial e/ou Plano Diretor Urbano?

( ) sim ( ) não

3 - Caso não, já estão localizadas áreas potenciais para constituição de Distritos Industriais?

( ) sim ( ) não

4 - A seu ver, o número de indústrias ora presentes em seu município já justificariam a constituição de um Distrito Industrial?

( ) sim ( ) não

Em caso positivo, indique a(s) razão(ões):

.boa densidade

.inadequação ambiental

.confronto com usos residenciais

.necessidade de concentração de mão-de-obra

.vantagens infra-estruturais

.saturação de espaços

.manifesta desejo de re-localização (as indústrias instaladas)

5 - A seu ver a gestão de D.I. municipal deveria ser

.estadual

.municipal

.autárquico

.empresas de economia mista

### III - DEMARCAÇÃO DA ESTRATÉGIA EM RELAÇÃO A DISTRITOS INDUSTRIAIS

A decisão de se constituir um distrito industrial em um município qualquer pode responder a três objetivos distintos, não necessariamente excludentes entre si. Correspondem a estratégias diferenciadas e vão significar, em termos práticos, esforços distintos por parte da sociedade e do governo.

Um primeiro objetivo a justificar a constituição de distritos industriais seria atrair para as áreas de uso industrial, unidades localizadas indiscriminadamente no interior das cidades, em processo de expansão ou ampliação, visando garantir uma adequação ambiental e urbana, e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida para a população, afora é claro as vantagens em relação à custos de terrenos, etc. que serão detalhadas oportunamente. Tem por conseqüência uma motivação endógena, interna.

Um outro objetivo a ser tomado em relação a distritos industriais, notadamente em economias predominantemente rurais, pode ser estruturada enquanto estratégia de integração das atividades econômicas agro-pecuárias de modo a permitir um crescimento da produção agregada no município/região. No caso pela constituição de distritos agroindustriais que sediariam tanto unidades de beneficiamento e transformação de produtos primários, quanto de empresas que auxiliem diretamente o produtor agrícola.

É claro que, embora se vincule também à economia local/regional, a decisão de implantação de distritos agroindustriais deve merecer cuidados especiais, já que envolve questões que extrapolam a capacidade municipal (no anexo 1 são mencionadas algumas delas). Ou seja, embora de motivação endógena, os distritos agroindustriais cumprem também um papel indutor em relação à atração industrial e devem obedecer a uma estratégia global de adensamento econômico, até porque envolvem mais de um município, às vezes mais de uma região.

Além desses dois objetivos que presidiriam a constituição de distritos industriais, pautados na base econômica local, pode-se pensar também em uma terceira via, dentro de uma estratégia de equidade espacial no âmbito do planejamento estadual de desenvolvimento. Os distritos industriais funcionariam, no caso, enquanto fatores de atração e polarização econômica, visando a desconcentração industrial.



